# EDITAL DE LICITAÇÃO
## PREGÃO Nº 044/2026
### SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – SRP

| | |
|---|---|
| PROCESSO ADMINISTRATIVO | **2026019806** |
| TIPO / JULGAMENTO | **MENOR PREÇO / POR ITEM** |
| MODO DE DISPUTA | **ABERTO** |
| INTERESSADO | **Prefeitura Municipal de Ceres-GO.** |
| OBJETO | **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem, limpeza e higienização de veículos pertencentes ou utilizados pela Prefeitura Municipal de Ceres – GO, incluindo veículos de passeio, caminhonetes, pick-ups, micro-ônibus e ônibus de grande porte, para atender as secretarias municipais da Prefeitura de Ceres-Go.** |
| VALOR ESTIMADO | **R$ 566.670,39 (QUINHENTOS E SESSENTA E SEIS MIL SEISCENTOS E SETENTA REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS).** |
| **DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS** | **Início de acolhimento de propostas dia 10/11/2026.** |
| **TERMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS** | **PROPOSTAS RECEBIDAS ATÉ ÀS 08:00 horas do 26/11/2026.** |
| **INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS** | **Início sessão de disputa de lances às 08h30min do dia 26/11/2026.** |
| NORMAS LEGAIS | **Lei n.º 14.133/ 2021, Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014** e **Decreto Federal nº 11.462/2023.** |
| LOCAL E SISTEMA DE REALIZAÇÃO | **Plataforma de Licitações: BNC – Bolsa Nacional de Compras.**<br>**Endereço Eletrônico: http://bnc.org.br.** |
| LOCAL DE DIVULGAÇÕES E INFORMAÇÕES | **Site Oficial: https://www.ceres.go.gov.br/home / Fone: (62) 3307-7613**<br>**Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): (www.gov.br/pncp)** |

**Obs.1**: Na hipótese de não haver expediente na data acima referida, fica este PREGÃO, automaticamente, transferido para o dia útil subsequente àquele, na mesma hora e local.

**Obs.2**: O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa Nacional de Compras. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de Ceres-GO, denominado(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras (www.bnc.org.br).

**Obs.3**: Todos os atos referentes a Licitação, Edital, Erratas, Atas, Convocações, Julgamentos de Impugnações e Recurso, Homologação, Anulação ou Revogação, enfim, TODOS os atos, serão publicados no site Oficial do Município, acima mencionado. O acompanhamento do andamento da Licitação em todas as fases é de total responsabilidade do Licitante participante.

**Obs.4:** Os documentos de habilitação jurídica, bem como aqueles relativos à regularidade fiscal e trabalhista e de qualificação técnica deverão ser emitidos e anexados à **PLATAFORMA DA BNC** até a data e horário de término para recebimento das propostas.

# EDITAL DE PREGÃO N° 044/2026

## SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026019806

## PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n.º 01.131.713/0001-57, com sede administrativa situada na Praça Cívica, s/n.º, Setor Centro, Ceres – GO, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados do ramo pertinente, que por intermédio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, instituídos pelo Decreto nº 154/2025, fará realizar na Prefeitura Municipal de Ceres, a Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, regido pela Lei nº 14.133,de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, e ainda, mediante as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

## 1 - DO OBJETO

**1.1 – O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem, limpeza e higienização de veículos pertencentes ou utilizados pela Prefeitura Municipal de Ceres – GO, incluindo veículos de passeio, caminhonetes, pick-ups, micro-ônibus e ônibus de grande porte, para atender as secretarias municipais da Prefeitura de Ceres-Go.**

1.2 – Especificações e quantidades dos produtos:

| ITEM | SERVIÇO | UND | QTDE |
|---|---|---|---|
| 1 | Prestação de serviço de lavagem de Ônibus. | serviço | 348 |
| 2 | Prestação de serviço de lavagem de Micro-ônibus. | serviço | 762 |
| 3 | Prestação de serviço de lavagem veicular – Caminhonete. | serviço | 48 |
| 4 | Prestação de serviço de lavagem veicular - Pick-Up. | serviço | 253 |
| 5 | Retirada de Plotagem/Adesivo | serviço | 130 |
| 6 | Prestação de serviço de lavagem veicular - Carro de passeio. | serviço | 430 |

| SECRETARIA DE GOVERNANÇA | | |
|---|---|---|
| **ITEM** | **QUANTIDADE** | **ESPECIFICAÇÕES** |
| 1 | 190 | LAVAGEM SIMPLES - CARRO DE PASSEIO |
| 2 | 85 | LAVAGEM SIMPLES - PICK-UP |
| 3 | ******* | LAVAGEM SIMPLES - CAMINHONETE |
| 4 | 20 | RETIRADA DE PLOTAGEM/ADESIVO |
| 5 | 12 | LAVAGEM SIMPLES – MICRO-ÔNIBUS |
| 6 | 12 | LAVAGEM SIMPLES – ÔNIBUS GRANDE |
| **DESENVOLVIMENTO SOCIAL** | | |

| ITEM | QUANTIDADE | ESPECIFICAÇÕES |
|---|---|---|
| 1 | 48 | LAVAGEM SIMPLES - CARRO DE PASSEIO |
| 2 | 24 | LAVAGEM SIMPLES - PICK-UP |
| 3 | ****** | LAVAGEM SIMPLES - CAMINHONETE |
| 4 | 20 | RETIRADA DE PLOTAGEM/ADESIVO |
| **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** | | |
| **ITEM** | **QUANTIDADE** | **ESPECIFICAÇÕES** |
| 1 | 48 | LAVAGEM SIMPLES - CARRO DE PASSEIO |
| 2 | 48 | LAVAGEM SIMPLES -CAMINHONETE |
| 3 | 336 | LAVAGEM SIMPLES - ÔNIBUS GRANDE |
| 4 | 750 | LAVAGEM SIMPLES - MICRO-ÔNIBUS |
| 5 | 30 | RETIRADA DE PLOTAGEM/ADESIVO |
| **SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE** | | |
| **ITEM** | **QUANTIDADE** | **ESPECIFICAÇÕES** |
| 1 | 48 | LAVAGEM SIMPLES - CARRO DE PASSEIO |
| 2 | 48 | LAVAGEM SIMPLES - PICK-UP |
| 3 | ****** | LAVAGEM SIMPLES - CAMINHONETE |
| 4 | 20 | RETIRADA DE PLOTAGEM/ADESIVO |
| **SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO** | | |
| **ITEM** | **QUANTIDADE** | **ESPECIFICAÇÕES** |
| 1 | 48 | LAVAGEM SIMPLES - CARRO DE PASSEIO |
| 2 | 48 | LAVAGEM SIMPLES - PICK-UP |
| 3 | ****** | LAVAGEM SIMPLES - CAMINHONETE |
| 4 | 20 | RETIRADA DE PLOTAGEM/ADESIVO |
| **SECRETARIA DE SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSITO** | | |
| **ITEM** | **QUANTIDADE** | **ESPECIFICAÇÕES** |
| 1 | 48 | LAVAGEM SIMPLES - CARRO DE PASSEIO |
| 2 | 48 | LAVAGEM SIMPLES - PICK-UP |
| 3 | ****** | LAVAGEM SIMPLES - CAMINHONETE |
| 4 | 20 | RETIRADA DE PLOTAGEM/ADESIVO |

**OBSERVAÇÃO:**

1.3 - A empresa contratada deverá possuir estabelecimento apto à execução dos serviços de lavagem, limpeza e higienização dos veículos da Prefeitura Municipal de Ceres-GO, **em distância máxima de 03 (TRÊS) quilômetros, tendo como ponto inicial a Secretaria Municipal de Educação de Ceres, sediada no prédio da Prefeitura Municipal de Ceres-GO e como ponto final o galpão onde ficam armazenados e/ou estacionados os veículos da frota municipal**.

1.3.1 - A comprovação da disponibilidade do estabelecimento **será exigida exclusivamente da vencedora**, observado o prazo de mobilização previamente estabelecido no edital.

1.4 – O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.5 - A licitação é por ITENS, conforme consta do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

1.6 - O licitante NÃO poderá oferecer proposta em **quantitativo inferior até 50% do máximo previsto** por item no edital, se obrigando nos limites dela.

1.7 - A quantidade prevista no Termo de Referência - **(ANEXO I),** é estimativa de consumo anual.

1.8 - Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

1.9 - Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do Processo Administrativo **nº 2026019806.**

## * IMPORTANTE *

**Partindo do princípio da boa-fé e da lealdade processual, a Sanção Administrativa nas contratações públicas, poder-se-á definir como o exercício do poder-dever do administrador público em face da conduta do particular que venha a prejudicar e lesionar o poder público em suas contratações. Portanto, tendo em vista a ampla ocorrência de desistência de licitantes na fase de lances dos Pregões Eletrônicos deste Município, as empresas que apresentarem proposta e/ou ofertarem lances durante a sessão e desistirem posteriormente, causando transtornos e tumulto, comprometendo o andamento do certame e consequentemente o atraso na finalização do processo licitatório, serão aplicadas as sanções cabíveis, como SUSPENSÃO destas de LICITAR com Município de Ceres - Go, tal qual a notificação das mesmas nos Órgãos Fiscalizadores Estaduais e Federais.**

## 2 - DAS DESPESAS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**2.1 -** A aquisição dos (produtos ou serviços), objeto desta licitação, será efetuada à conta da Dotação Orçamentária provenientes do orçamento em vigor.

**2.2** - As despesas provenientes da execução do objeto ora licitado correrão à conta da dotação orçamentária indicada nesse Edital e em conformidade com a LOA e PPA.

**2.3 -** As despesas oriundas da presente licitação da seguinte dotação orçamentária correrão por conta de verbas codificadas sob os números adiante descritos:

| **MANUTEÇÃO DA SECRETARIADE ADMINISTRAÇÃOE MODERNIDADE** | |
|---|---|
| 02.0217.04.122.0022.2.209.3.3.90.39 (100) | Outros Serv. De Terceiros - Pess. Jurídica |
| **MANUT. FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| 07.0701.08.244.0031.2.028.3.3.90.39 (129) | Outros Serv. De Terceiros - Pess. Jurídica |

| | |
|---|---|
| **MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL** | |
| 02.0206.12.361.0048.2.045.3.3.90.39 (101) | Outros Serv. De Terceiros - Pess. Jurídica |
| **MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR** | |
| 02.0206.12.361.0048.2.105.3.3.90.39 (127) | Outros Serv. De Terceiros - Pess. Jurídica |
| **MANUT. DO FUNDO MUN. DE MEIO AMBIENTE** | |
| 10.1001.18.544.0043.2.614.3.3.90.39 (100) | Outros Serv. De Terceiros - Pess. Jurídica |
| **MANUTENÇÃO DA SEC MUNICIPAL DE OBRAS** | |
| 02.0223.26.782.0042.2.281.3.3.90.39 (100) | Outros Serv. De Terceiros - Pess. Jurídica |
| **MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS** | |
| 02.0219.16.482.0042.2.302.3.3.90.39 (100) | Outros Serv. De Terceiros - Pess. Jurídica |
| **SECRETARIA DE SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO** | |
| 02.0222. 26.782.0021.2.426.3.3.90.39 (100) | Outros Serv. De Terceiros - Pess. Jurídica |

## 3 – DO VALOR TOTAL ESTIMADO

**R$ 566.670,39**

**(QUINHENTOS E SESSENTA E SEIS MIL SEISCENTOS E SETENTA REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS).**

## 4 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**4.1 -** O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa Nacional de Compras.

**4.2 - Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura Municipal de Ceres - GO, denominado(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras (http://bnc.org.br/).**

## 5 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

**5.1 -** O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites estabelecidos neste instrumento, para a abertura da proposta, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e nas documentações relativas ao Certame.

**5.2 - Em caso de discordância existente entre as especificações dos itens descritas no Portal de Compras Públicas e as especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e/ou de Itens deste edital prevalecerão as do Instrumento Convocatório.**

## 6 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

**6.1 -** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

**6.2 -** Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

**6.3 -** Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa Nacional de Compras.

**6.4 -** É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

**6.5 -** Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que estejam cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

**6.6 -** Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.7 –** O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

**6.8 –** O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

**a) -** Instrumento particular de mandato outorgando, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão.

**a.1) -** O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsa Nacional de Compras, conforme consta no anexo 03. (**ANEXO III).**

## 7 - DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

**7.1** - O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

**a) -** acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

**b) -** responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

**c) -** abrir as propostas de preços;

**d) -** analisar a aceitabilidade das propostas;

**e) -** desclassificar propostas indicando os motivos;

**f) -** conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

**g) -** verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

**h) -** declarar o vencedor;

**i) -** receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

**j) -** elaborar a ata da sessão;

**k) -** encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

**l) -** abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

## 8 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

**8.1** - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 6.8 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site https://bnc.org.br.

**8.2** - A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à **BNC – Bolsa Nacional de Compras**, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**8.3** - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

**8.4** - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BNC - Bolsa Nacional de Compras.**

**8.5** - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**8.6** - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

## 9 – DA PARTICIPAÇÃO

**9.1** - A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

**9.2** - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

**9.3 -** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada, ou pelos seguintes meios: **Fone /WhatsApp: (42) 3026-4550 - Ponta Grossa - PR, ou através do endereço de e-mail: contato@bnc.org.br.**

**9.4** - **As MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, que desejarem usufruir dos benefícios adquiridos pela Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, no ato do credenciamento, os seguintes documentos:**

**9.4.1 - CERTIDÃO SIMPLIFICADA de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte,** com registro na Junta Comercial de seu Estado ou outro documento atualizado que comprove o devido enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação. Caso a certidão/documento não consigne prazo de validade, serão considerados 90 (noventa) dias;

**9.4.2 - DECLARAÇÃO que a empresa tem o direito de gozar dos benefícios da Lei complementar 123/2006** (para empresa que pretende participar como microempresa e/ou empresa de pequeno porte) **– conforme modelo ANEXO IV.**

## 10 - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

**10.1 – Por ocasião da participação neste certame, será assegurado às microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP e Microempreendedor Individual, como critério de desempate, o direito de preferência para ofertar o menor preço em relação àquele lançado pelo licitante não qualificado nessas categorias.**

**10.2 –** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedor individual sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço.

***ATENÇÃO LICITANTE***

***10.3 - DEVIDO À APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/ 2006, ALTERADA PELA LEI N. 147/2014, E IN Nº 008/2016 DO TCM/GO, TERÃO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, SEDIADAS NA MICRORREGIÃO DE CERES, ATÉ O LIMITE DE 10 % (DEZ POR CENTO) DO MELHOR PREÇO VÁLIDO, NOS SEGUINTES TERMOS:***

**10.3.1 -** Aplica-se o disposto neste item nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao **menor** preço;

**10.3.2 -** A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

**10.3.3 -** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**10.3.3.1** - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**14.3.3.2** – Se não houver desempate, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta.

**10.4 -** Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte e empreendedor individual sediadas local ou regionalmente, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do art. 44 da

LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**10.5 -** O direito de preferência das microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedor individual sediadas local ou regionalmente será instaurado após o encerramento da etapa de lances e antes da fase de negociação.

**10.5.1 -** Na hipótese da não-contratação microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedor individual o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**10.5.2 -** O disposto no art. 44 da LC 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte e empreendedor individual sediadas local ou regionalmente.

**10.6-** As microempresas as empresas de pequeno porte e empreendedor individual, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, na forma do art. 43 da Lei Complementar n. 123/2006.

**10.6.1 -** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa, cuja comprovação será exigida somente para efeito da assinatura do contrato ou instrumentos que o substitua.

**10.6.2 -** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 10.6.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## 11 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

**11.1 -** O fornecedor deverá **observar as datas e os horários limites estabelecidos** neste instrumento, para a abertura da proposta, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e nas documentações relativas ao Certame.

**11.2 - Em caso de discordância existente entre as especificações dos itens descritas no Portal de Compras Públicas e as especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e/ou de Itens deste edital prevalecerão as do Instrumento Convocatório.**

## 12 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

**12.1** - A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

**12.2** - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**12.3** - Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

**12.4 -** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**12.5** - As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no Edital (REFERENTE AO VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM E/OU LOTE) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados.

**12.6** - Fica a critério do(a) pregoeiro(a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

**12.7 -** Durante o transcurso da sessão pública **os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado**. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

**12.8** - No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

**12.9** - Quando a desconexão persistir por **tempo superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

**12.10** - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**12.10.1** - A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**12.10.2** - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**12.10.3** - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**12.10.4** - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**12.10.5 -** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**12.11** - Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

**12.12** - Facultativamente, o(a) Pregoeiro(a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

**12.13** - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

**12.14** - A Proposta realinhada da licitante será aquela disposta na adjudicação conforme relatório dos vencedores adjudicados.

**12.15** - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

**12.16** - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

**12.17** - Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

**12.18** - Quando for constatado o empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 49 da LC 123/2006, o(a) Pregoeiro(a) aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o(a) pregoeiro(a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

## 13 - DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO E NEGOCIAÇÃO

**13.1** - O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**13.1.1** - O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, emissão ou qualquer outro pretexto.

**13.1.2 -** As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do(a) pregoeiro(a).

**13.1.3 -** Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

**13.2** - No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, serem informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES e MARCAS** dos serviços e/ou produtos ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do serviço e/ou produto e **anexar os prospectos (quando for solicitado) de todos os itens da proposta apresentada**. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações e marcas dos serviços e/ou produtos neste campo, implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

**13.2.1 -** O **objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.**

13.3 - A validade da proposta será de 60 (SESSENTA) DIAS, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**13.4 - É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, NAS FICHAS TÉCNICAS OU DOCUMENTOS, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO.**

**13.5 -** O(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observados o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**13.6 -** A negociação será realizada por meio do SISTEMA ELETRÔNICO e poderá ser acompanhada pelos demais

licitantes.

**13.7 -** O **intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser preferencialmente de **R$ 1,00 (um real) quando o valor do item for maior que R$ 100,00 (cem reais).**

## 14 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

**14.1** - Para julgamento será adotado o critério de Menor Preço - Compras - Unitário por item, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

**14.2 - EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTES PROCEDIMENTOS:**

**14.2.1 - Encerrada a fase de lances,** caso estiver participando empresas que tem sede na microrregião de Ceres, conforme definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e essas terem ofertado o último lance com valor superior em até 10% (dez por cento) da Empresa que estava em primeiro lugar, será concedido o benefício para essa empresa local, e sendo assim será adjudicado o item a seu favor.

**14.2.2 – Não havendo empresas vencedoras que tem sede na MICRORREGIÃO DE CERES, encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:**

**14.2.2.1 -** A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão.

**14.2.2.2** - No caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 14.2.2, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**14.2.2.2.1** - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**14.2.2.2.2** – Se não houver desempate, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta.

**14.2.2.3** - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**14.2.2.4** - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 14.2.1 ou 14.2.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

***14.2.2.5*** *- O(a) Pregoeiro(a) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.*

***14.2.2.6*** *- Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for*

*necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.*

***14.2.2.7** - Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 12.15 e 12.16 deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.*

***14.2.2.8** - De sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.*

**14.2.2.9 -** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das **propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**.

***14.2.2.9.1 -** O(A) pregoeiro(a) poderá, a seu critério ou sempre que persistirem dúvidas sobre a viabilidade da proposta, realizar diligência para que o licitante demonstre de forma documental:*

***14.2.2.9.1.1 -** Que os custos diretos e indiretos envolvidos na execução são compatíveis com o valor ofertado; e*

***14.2.2.9.1.2 -** A existência de condições especiais, benefícios fiscais ou custos de oportunidade que justifiquem o valor da proposta.*

***14.2.2.9.2 –** Caso o licitante, após a diligência, não comprove a viabilidade técnica e financeira da execução nos termos propostos, a proposta poderá ser desclassificada por inexequibilidade.*

## 15 - DA HABILITAÇÃO

15.1 - Exigências para HABILITAÇÃO:

15.1.1 - Os documentos de habilitação DEVERÃO ser anexados à plataforma BNC até a data e horário de término para recebimento das propostas.

**15.1.2 – A análise dos documentos de habilitação será realizada somente do vencedor(es), após as fases de julgamento e negociação.**

****ATENÇÃO LICITANTE****

**15.2 - Documentos de HABILITAÇÃO:**

***15.2.1 -** Os licitantes poderão apresentar o **CRC – Certificado de Registro Cadastral,** do **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF,** em substituição aos documentos de habilitação:*

*I - Habilitação Jurídica;*

*II - Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista;*

*III - Regularidade Fiscal Estadual e Municipal;*

*IV - Qualificação Econômico-Financeira;*

*V - Que já constarem como cadastrados e válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, o qual substituirá a referida documentação para todos os efeitos.*

***15.2.1.1 –** O Pregoeiro poderá realizar diligência, mediante consulta direta ao sistema, para comprovação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**,** até o momento da fase de*

*homologação.*

***15.2.1.2 –*** *É de responsabilidade exclusiva do licitante garantir a exatidão e a tempestividade dos seus dados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.*

***15.2.1.2.1*** *- Eventuais* ***incorreções ou documentos com prazo de validade expirado no sistema****, sem a devida atualização, ensejarão a inabilitação (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).*

**15.2.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**a) - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** e/ou última alteração consolidada caso haja em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**b) - Inscrição do Ato Constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

**c) - Registro comercial**, para empresa individual;

**d) - Decreto de autorização**, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**e)** - **Documentos** de todos os sócios;

**f) - Certidão da Junta Comercial** da sede da licitante, somente para as empresas beneficiadas pela Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

**15.2.2.1**. Quando a empresa for representada por diretor, sócio ou gerente, a capacidade de representação será verificada em face do próprio contrato ou estatuto social.

**15.2.2.2 -** Ocorrendo casos em que o representante não figura como sócio da empresa, deverá apresentar Procuração Pública com poderes para representação, ou Procuração Particular específica para esta representação, assinada pelo sócio da empresa que detenha poderes de representação da mesma.

**15.2.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**a) -** Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, se houver, relativo a sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

**b) -** Provas de regularidade, em plena validade, para com a **Fazenda Federal** (consistindo em certidão negativa de tributos e contribuições federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional); (www.pgfn.fazenda.gov.br).

**c) -** Provas de regularidade, em plena validade, para com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa do Estado); (www.sefaz.go.gov.br).

**d) -** Provas de regularidade, em plena validade, para com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos Municipais) **do domicílio ou sede do licitante**, ou outra equivalente, na forma da Lei;

**e) -** Prova de regularidade, em plena validade, para com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS** (Certidão de Regularidade Fiscal – CRF); (www.caixa.gov.br).

**f) -** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão

Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT)** (conforme Lei Federal nº.12.440, de 07 de julho de 2011); (www.tst.jus.br).

**g) -** Prova de inscrição no Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **(CNPJ) [CGC/MF]** do estabelecimento que participar da licitação; (www.receita.fazenda.gov.br).

**15.2.3.1 -** As **CERTIDÕES** que não apresentarem o prazo de validade em seu corpo serão consideradas válidas desde que emitidas com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura do Pregão.

**15.2.4 – DECLARAÇÕES ASSINADAS POR REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE:**

**a)** – **Declaração Geral Conjunta para Habilitação**, conforme modelo constante do **ANEXO IV**, que contempla, de forma unificada, as exigências relacionadas à habilitação jurídica, regularidade trabalhista e cumprimento das normas previstas na Lei 14.133/21, LC 123/2006, e Constituição Federal.

**15.2.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**a) - Certidão Negativa Falência**, recuperação judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da pessoa jurídica, contendo expresso na própria certidão o prazo de sua validade. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

**a.1) -** Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o Cartório/Comarca onde se encontra instalada a filial.

**a.2) -** Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como **válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias** de sua emissão.

**a.3) -** Caso na Certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial.

**15.2.6 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**a)** – Apresentar **Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão),** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove que o licitante teve ou está tendo um bom desempenho no fornecimento do objeto deste termo, equivalentes em quantidade e características iguais ou superiores;

**15.2.7 -** O(a) Pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

**15.2.8 -** A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, permitida a realização de diligência para informação/fato preexistente.

**15.2.9 -** Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

**a)** - Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

**b)** - Se **a licitante for a matriz e a fornecedora do objeto a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e da filial**, simultaneamente, salvo os documentos que em razão da centralização e certidão conjunta deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerá todas as suas filiais.

**c)** - Se a **licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com o CNPJ da filial** e, dentre estes, os documentos que em razão da centralização e certidão conjunta, deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerá todas as suas filiais;

**15.2.10 - Em se tratando de MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.**

**a)** - **A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.**

**15.2.11** - Serão aceitas apenas as cópias legíveis, não serão aceitos documentos cujas datas estejam esmaecidas, inelegíveis ou rasuradas.

## "ATENÇÃO LICITANTE"

**"TODA A DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO DESTE CERTAME DEVERÁ SER ANEXADA NO PORTAL DA BNC, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA INICIAL, CUJA DATA E HORÁRIO CONSTA ESTIPULADO NA PÁGINA 1(UM) DESTE EDITAL. ESTES ARQUIVOS DEVEM CONTER OS DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL DO MANDATÁRIO (SÓCIO OU PROCURADOR DA EMPRESA) E SEU INSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO (SE FOR O CASO). NESTE MESMO MOMENTO TODOS OS DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA, À REGULARIDADE FISCAL, À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, À REGULARIDADE TRABALHISTA E QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DEVEM SER ANEXADOS À PLATAFORMA. "**

## 16 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

**16.1 -** Não serão conhecidos às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

**16.2** - **Até 03 (TRÊS) dias úteis anteriores da data fixada para abertura da sessão pública,** qualquer interessado poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório, em conformidade com o caput do art. 164 da Lei Federal 14.133/2021.

**16.2.1 - Os pedidos de esclarecimentos ou impugnação ao presente edital deverão ser enviados preferencialmente via sistema, por meio plataforma BNC. Esta via deverá estar em papel timbrado com o nome da empresa, as razões dos mesmos e assinatura do representante legal para que possa ser anexada no processo e providenciado as devidas publicações das impugnações e esclarecimentos interpostos e a decisão cabida a estes.**

**16.2.1.1 -** Acolhida a petição contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

**16.2.1.2** - Em caso de alteração no texto do edital e de seus anexos, que afete a formulação das propostas, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.

**16.3** - **O(a) pregoeiro(a) emitirá sua decisão no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, procedendo aos encaminhamentos necessários.**

**16.4** - Conforme artigo 165, da Lei nº 14.133/21, depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado, **no prazo de até 03 (três) dias úteis**, a juntada de sua peça recursal anexando-a na plataforma eletrônica.

**16.4.1** - Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias úteis, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

**16.5** - A falta de manifestação imediata importará a preclusão do direito de recurso.

**16.6** - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

**16.7** - Os recursos contra decisões do(a) Pregoeiro(a) terão efeito suspensivo.

**16.8** - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 17 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

**17.1 -** A sessão pública poderá ser reaberta:

**17.2 -** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

## 18 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

**18.1 -** O objeto deste pregão será adjudicado pela autoridade competente ao(s) licitante(s) vencedor(es).

**18.2 -** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade superior, caso não haja interposição de recurso, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**18.3 -** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**18.4 -** Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município convocará o(s) licitante(s) vencedor(es) para assinatura da ata de registro de preços e/ou do instrumento contratual.

**18.5 -** A recusa injustificada do(s) licitante(s) vencedor(es) em aceitar ou retirar o Instrumento Contratual ou documento equivalente, após 05 (cinco) dias da notificação, implicará a imposição das penalidades previstas no edital e anexos.

## 19 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**19.1 -** Depois de homologado o resultado deste pregão, o(s) licitantes) vencedor(es) será(am) convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, assinar a ata de registro de preços.

**19.1.1 -** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

**a)** - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**b)** - a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**19.2 -** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, por meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo, a contar da data de seu recebimento.

**19.3 -** Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do projeto básico encartado neste edital.

**19.4 -** A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do projeto básico.

**19.5 -** As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.

**19.6 -** Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

**19.7 -** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**19.8 -** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**19.9 -** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**19.10 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento, desde que cumpridos os requisitos descritos no §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## 20 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

**20.1** – Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**20.1.1 -** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**20.1.2 -** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

**20.2 -** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**20.2.1 -** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação

ao licitante mais bem classificado.

**20.2.2 -** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**20.3 -** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**20.3.1 -** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**20.3.2 -** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**20.4 -** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**20.4.1 -** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**20.4.2 -** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 21 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

**21.1 -** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**21.2 -** Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

**a) -** "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

**b) -** "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

**c) -** "**prática conluiada**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**d) -** "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

**e) -** "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**21.3 -** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em

qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conclusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**21.4 -** Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## 22 - DO REAJUSTAMENTO E DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

**22.1 -** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do presente instrumento de contrato.

**22.2 -** Os preços contratuais poderão ser reajustados, de acordo com a variação acumulada do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

**22.3 -** A periodicidade do reajuste será anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realiza dos a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês da data do orçamento estimado, e assim, sucessivamente.

**22.4 -** Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou o saldo contratual passará a ser praticado, pelo próximo período de 1 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do contrato.

**22.5 -** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. 10.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## 23 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**23.1 -** A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Edital ou em outros que o complementem, as seguintes multas:

**23.2 -** Advertência;

**23.3** – Multa:

**23.3.1** - 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

**23.3.1.1** - O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no subitem anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado;

**23.3.2** - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de entrega;

**23.3.3** - De 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar a ata de registro de preços, o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação.

**23.3.4** - Caso a vencedora não efetue a entrega do objeto licitado, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor

da respectiva nota de empenho, por inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis.

**23.3.5** - A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

**23.3.6** - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ceres, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos;

**23.3.7** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## 24 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO:

**24.1** - Os prazos e condições de entrega dos itens serão de responsabilidade da empresa vencedora, com local, data e horário definido de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante conforme Termo de Referência – **ANEXO I.**

## 25 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**25.1 -** As regras da execução dos serviços são as estabelecidas no Termo de Referência, **ANEXO I.**

## 26 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**26.1 -** As regras das obrigações da contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, **ANEXO I.**

## 27 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**27.1 -** As regras das obrigações da contratada são as estabelecidas no Termo de Referência - **ANEXO I.**

## 28 - DO PAGAMENTO

**28.1** - O pagamento será efetuado com a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, tendo sido cumpridos todos os critérios estabelecidos no Termo de Referência, devidamente atestada;

**28.2** - O valor da Nota Fiscal/fatura deverá ser o mesmo consignado na Nota de Empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido prazo para a empresa fornecedora fazer a substituição da nota fiscal;

**28.3** - O pagamento será efetuado pelo contratante no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do protocolo da nota fiscal na Secretaria correspondente, e será feito mediante Ordem Bancária para crédito na conta corrente da empresa contratada, no domicílio bancário por ela expressamente informado no ato da contratação;

**28.4** - As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas de comprovante de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa contratada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho (CNDT), mediante respectivas certidões negativas.

## 29 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**29.1** - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Ceres-GO, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema

para conhecimento dos participantes da licitação.

**29.2 -** O Município de Ceres-GO poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

**29.3** - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**29.4** - É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**29.5** - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

**29.6** - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**23.7** - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**29.8** - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Site Oficial do Município.

**29.9** - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo ao(a) Pregoeiro ao(a), nos termos da legislação pertinente.

**29.10** - A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

**29.11** - Não cabe à Bolsa Nacional de Compras qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

**29.12** - O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Ceres, Estado Goiás, considerado aquele a que está vinculado o(a) Pregoeiro(a).

**29.13** - O(a) Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário de 08h às 11h e 13h à 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Prefeitura Municipal de Ceres - GO, para melhores esclarecimentos.

**29.14** - A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação.

**29.15** - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

**29.16** - As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e nos casos em que se encontram presentes os requisitos do Artigo 92 da Lei 14.133/21, há substituição do instrumento do contrato, na forma do artigo 95 da mesma Lei já mencionada.

**29.17 -** Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o Artigo 125, seus parágrafos e incisos da Lei nº 14.133/21.

**29.18 -** A sessão pública poderá ser reaberta:

**29.19 -** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que de dependam.

**29.20 -** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**29.21 -** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, e-mail e publicação oficial, de acordo com a fase do procedimento licitatório, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

**29.22 -** Objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) Pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**29.23 -** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**Anexo I** - Termo De Referência do Objeto

**Anexo II** - Modelo de Carta Proposta Comercial para Licitante Vencedor

**Anexo III** - Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da BNC.

**Anexo IV** - Declaração Geral Conjunta para Habilitação Personalidade Jurídica.

**Anexo V** – Minuta de Ata de Registro de Preços

**Anexo VI** - Cadastro Reserva.

Ceres-GO, datado e assinado digitalmente.

Digitally signed by RIBAS LOCATELLY BATISTA FERREIRA:27149862187
Date: 2026.11.10 10:58:23 GMT-03:00
Reason: Arquivo assinado digitalmente
Location: BR

**RIBAS LOCATELLY BATISTA FERREIRA**
*Gestor do Executivo*

# ANEXO I

# TERMO DE REFERÊNCIA

## PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2026
### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026019806
### TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

## 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem, limpeza e higienização de veículos pertencentes ou utilizados pela Prefeitura Municipal de Ceres – GO, incluindo veículos de passeio, caminhonetes, pick-ups, micro-ônibus e ônibus de grande porte, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os serviços serão prestados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração Pública, mediante solicitação e autorização do setor responsável.

1.3. A contratação compreenderá todos os materiais, produtos, equipamentos, ferramentas, mão de obra, água, energia elétrica e demais insumos necessários à adequada execução dos serviços, sem qualquer custo adicional para a Administração.

1.4. Os serviços deverão ser executados em estabelecimento da contratada que disponha de estrutura, equipamentos e condições adequadas para atender aos veículos de pequeno, médio e grande porte.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A contratação será realizada em observância à legislação aplicável às contratações públicas, especialmente:

I – Constituição Federal de 1988;

II – Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

III – Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores;

IV – Lei Complementar nº 147/2014;

V – regulamentação municipal da Lei Federal nº 14.133/2021, quando existente;

VI – demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. A contratação deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, igualdade, competitividade, razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e demais princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

## 3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Prefeitura Municipal de Ceres dispõe de veículos utilizados pelas diversas Secretarias Municipais para o desenvolvimento das atividades administrativas, operacionais e de atendimento à população.

3.2. A utilização frequente dos veículos em vias urbanas e rurais ocasiona o acúmulo de poeira, barro, lama, resíduos e demais sujeiras, tornando necessária a realização periódica de serviços de lavagem e higienização.

3.3. A contratação de empresa especializada visa assegurar a adequada conservação, limpeza, higiene e apresentação da frota municipal, contribuindo para a preservação dos veículos e para melhores condições de utilização pelos servidores e usuários.

3.4. A contratação também possibilita à Administração evitar a necessidade de aquisição de equipamentos, produtos e estrutura própria para execução dos serviços, proporcionando maior racionalização dos recursos públicos.

3.5. A prestação dos serviços sob demanda permitirá que a Administração utilize os serviços de acordo com a necessidade efetiva da frota, evitando contratações ou pagamentos desnecessários.

## 4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para realização de serviços de lavagem e higienização dos veículos da frota municipal, de maneira parcelada e conforme a demanda da Administração.

4.2. A contratada deverá possuir estrutura adequada para atender às diferentes categorias de veículos previstas neste Termo de Referência.

4.3. Os serviços deverão ser executados com produtos apropriados para limpeza automotiva, de forma a preservar a pintura, componentes, revestimentos, bancos, vidros, borrachas, plásticos e demais partes dos veículos.

4.4. A contratada será responsável pelo fornecimento de toda mão de obra, materiais, produtos, equipamentos e demais insumos necessários.

## 5. DA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

| **SECRETARIA DE GOVERNANÇA** | | |
|---|---|---|
| **ITEM** | **QUANTIDADE** | **ESPECIFICAÇÕES** |
| 1 | 190 | LAVAGEM SIMPLES - CARRO DE PASSEIO |
| 2 | 85 | LAVAGEM SIMPLES - PICK-UP |
| 3 | ******* | LAVAGEM SIMPLES - CAMINHONETE |
| 4 | 20 | RETIRADA DE PLOTAGEM/ADESIVO |
| 5 | 12 | LAVAGEM SIMPLES – MICRO-ÔNIBUS |
| 6 | 12 | LAVAGEM SIMPLES – ÔNIBUS GRANDE |
| | | |
| **DESENVOLVIMENTO SOCIAL** | | |
| **ITEM** | **QUANTIDADE** | **ESPECIFICAÇÕES** |
| 1 | 48 | LAVAGEM SIMPLES - CARRO DE PASSEIO |
| 2 | 24 | LAVAGEM SIMPLES - PICK-UP |
| 3 | ****** | LAVAGEM SIMPLES - CAMINHONETE |

| | | |
|---|---|---|
| 4 | 20 | RETIRADA DE PLOTAGEM/ADESIVO |
| | | |
| **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** | | |
| **ITEM** | **QUANTIDADE** | **ESPECIFICAÇÕES** |
| 1 | 48 | LAVAGEM SIMPLES - CARRO DE PASSEIO |
| 2 | 48 | LAVAGEM SIMPLES -CAMINHONETE |
| 3 | 336 | LAVAGEM SIMPLES - ÔNIBUS GRANDE |
| 4 | 750 | LAVAGEM SIMPLES - MICRO-ÔNIBUS |
| 5 | 30 | RETIRADA DE PLOTAGEM/ADESIVO |
| | | |
| **SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE** | | |
| **ITEM** | **QUANTIDADE** | **ESPECIFICAÇÕES** |
| 1 | 48 | LAVAGEM SIMPLES - CARRO DE PASSEIO |
| 2 | 48 | LAVAGEM SIMPLES - PICK-UP |
| 3 | ****** | LAVAGEM SIMPLES - CAMINHONETE |
| 4 | 20 | RETIRADA DE PLOTAGEM/ADESIVO |
| | | |
| **SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO** | | |
| **ITEM** | **QUANTIDADE** | **ESPECIFICAÇÕES** |
| 1 | 48 | LAVAGEM SIMPLES - CARRO DE PASSEIO |
| 2 | 48 | LAVAGEM SIMPLES - PICK-UP |
| 3 | ****** | LAVAGEM SIMPLES - CAMINHONETE |
| 4 | 20 | RETIRADA DE PLOTAGEM/ADESIVO |
| | | |
| **SECRETARIA DE SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSITO** | | |
| **ITEM** | **QUANTIDADE** | **ESPECIFICAÇÕES** |
| 1 | 48 | LAVAGEM SIMPLES - CARRO DE PASSEIO |
| 2 | 48 | LAVAGEM SIMPLES - PICK-UP |
| 3 | ****** | LAVAGEM SIMPLES - CAMINHONETE |
| 4 | 20 | RETIRADA DE PLOTAGEM/ADESIVO |

## 6. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

### 6.1. CARRO DE PASSEIO

6.1.1 - O serviço deverá compreender, no mínimo:

a) lavagem externa completa;
b) lavagem de rodas;
c) limpeza de pneus;
d) limpeza de caixas de rodas;
e) lavagem dos vidros;
f) limpeza interna;
g) aspiração dos bancos;
h) aspiração do assoalho;
i) limpeza dos tapetes;
j) limpeza do painel;
k) limpeza das portas e partes plásticas internas;
l) secagem completa.

**6.2. CAMINHONETE**

6.2.1 - O serviço deverá compreender:
a) lavagem externa completa;
b) limpeza da carroceria;
c) lavagem das rodas;
d) limpeza dos pneus;
e) limpeza das caixas de rodas;
f) lavagem dos vidros;
g) limpeza da cabine;
h) aspiração interna;
i) limpeza dos bancos;
j) limpeza dos tapetes;
k) limpeza do painel e partes plásticas;
l) limpeza da caçamba, quando aplicável;
m) secagem completa.

**6.3. PICK-UP**

6.3.1 - O serviço deverá compreender:
a) lavagem externa completa;
b) lavagem da carroceria;
c) limpeza de rodas e pneus;
d) limpeza das caixas de rodas;
e) lavagem dos vidros;
f) limpeza da cabine;
g) aspiração interna;
h) limpeza dos bancos;
i) limpeza dos tapetes;
j) limpeza do painel;
k) limpeza das partes plásticas;

l) limpeza da caçamba;
m) secagem completa.

**6.4. MICRO-ÔNIBUS**

6.4.1 - O serviço deverá compreender:
a) lavagem externa completa;
b) lavagem da carroceria;
c) limpeza de rodas e pneus;
d) limpeza das caixas de rodas;
e) lavagem dos vidros;
f) limpeza interna;
g) aspiração do piso;
h) limpeza dos bancos;
i) limpeza dos corredores;
j) limpeza das portas;
k) limpeza do painel;
l) limpeza dos compartimentos internos;
m) limpeza dos tapetes;
n) secagem completa.

**6.5. ÔNIBUS GRANDE**

6.5.1 - O serviço deverá compreender:
a) lavagem externa completa da carroceria;
b) lavagem de rodas;
c) limpeza de pneus;
d) limpeza das caixas de rodas;
e) lavagem dos vidros;
f) limpeza interna completa;
g) aspiração do piso;
h) limpeza dos bancos;
i) limpeza dos corredores;
j) limpeza das portas;
k) limpeza do painel;
l) limpeza dos compartimentos internos;
m) limpeza dos tapetes;
n) secagem completa.

## 7. DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS E VALOR

7.1. Os quantitativos e valores serão estimados com base no levantamento da frota municipal e no histórico de utilização dos serviços.

| Item | Descrição | Unidade | Quant. estimada | Valor Médio | Valor Médio Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Prestação de serviço de lavagem de Ônibus | Serviço | 348 | **R$ 370,67** | **R$ 128.993,16** |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 2 | Prestação de serviço de lavagem de Micro-ônibus | Serviço | 762 | **R$ 355,77** | **R$ 271.096,74** |
| 3 | Prestação de serviço de lavagem veicular - Caminhonete | Serviço | 48 | **R$ 194,33** | **R$ 9.327,84** |
| 4 | Prestação de serviço de lavagem veicular - Pick-Up | Serviço | 253 | **R$ 172,35** | **R$ 43.604,55** |
| 5 | Retirada de Plotagem/Adesivo | Serviço | 130 | **R$ 141,00** | **R$ 18.330,00** |
| 6 | Prestação de serviço de lavagem veicular - Carro de passeio | Serviço | 430 | **R$ 221,67** | **R$ 95.318,10** |
| VALOR TOTAL MÉDIO: **R$ 566.670,39 (QUINHENTOS E SESSENTA E SEIS MIL SEISCENTOS E SETENTA REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS).** | | | | | |

7.2. Os quantitativos possuem caráter estimativo, não constituindo obrigação da Administração de utilizar integralmente as quantidades previstas.

7.3. O pagamento será realizado exclusivamente pelos serviços efetivamente solicitados, executados e devidamente atestados.

## 8. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. A empresa contratada deverá:

a) possuir atividade econômica compatível com o objeto;

b) possuir capacidade operacional para execução dos serviços;

c) dispor de mão de obra suficiente e qualificada;

d) possuir equipamentos adequados para lavagem de veículos;

e) possuir estrutura compatível com os diferentes portes de veículos;

f) fornecer os produtos e materiais necessários;

g) executar os serviços com qualidade e segurança;

h) responsabilizar-se pelos veículos enquanto estiverem sob sua guarda;

i) corrigir eventuais falhas identificadas pela fiscalização;

j) cumprir a legislação ambiental, trabalhista e de segurança aplicável;

k) manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação exigidas no processo.

8.2 - A empresa contratada deverá possuir estabelecimento apto à execução dos serviços de lavagem, limpeza e higienização dos veículos da Prefeitura Municipal de Ceres-GO**, em distância máxima de 03 (TRÊS) quilômetros, tendo como ponto inicial a Secretaria Municipal de Educação de Ceres, sediada no prédio da Prefeitura Municipal de Ceres-GO e como ponto final o galpão onde ficam armazenados e/ou estacionados os veículos da frota municipal**.

8.2.1 - A comprovação da disponibilidade do estabelecimento **será exigida exclusivamente da vencedora**, observado o prazo de mobilização previamente estabelecido no edital.

8.3 - Justifica-se pela necessidade de assegurar maior eficiência, economicidade e agilidade na execução dos serviços**,** considerando que os veículos municipais deverão ser deslocados até o estabelecimento da empresa contratada para a realização das lavagens e demais procedimentos de limpeza e higienização.

**8.4 - A limitação da distância tem por finalidade reduzir:**

- o deslocamento desnecessário dos veículos da frota municipal;
- o consumo de combustível decorrente do deslocamento até o local da prestação dos serviços;
- o desgaste mecânico e dos pneus dos veículos;
- o aumento da quilometragem da frota;
- o tempo de indisponibilidade dos veículos para as atividades administrativas e operacionais do Município;
- os custos indiretos relacionados ao deslocamento dos veículos e dos servidores responsáveis por sua condução.

8.5 - O estabelecimento deverá possuir estrutura física e operacional compatível com os serviços contratados, inclusive condições adequadas para atendimento dos diferentes tipos de veículos integrantes da frota municipal, compreendendo: **carros de passeio, caminhonetes, pick-ups, micro-ônibus e ônibus de grande porte**.

8.6 - A comprovação do atendimento à exigência de localização deverá ocorrer na forma estabelecida no edital, podendo ser exigida, quando cabível, a indicação do endereço completo do estabelecimento e documentação comprobatória de sua efetiva disponibilidade para execução dos serviços.

8.7 - A Administração poderá realizar diligência para verificar a existência, localização e condições de funcionamento do estabelecimento indicado pela empresa vencedora, especialmente antes do início da execução contratual.

## 9. DO LOCAL DE EXECUÇÃO

9.1. Os serviços serão executados nas instalações da empresa contratada, em local que disponha de estrutura adequada para realização dos serviços.

9.2. A contratada deverá possuir estabelecimento ou estrutura operacional compatível com a execução dos serviços, especialmente para atendimento de veículos de grande porte.

9.3. A empresa deverá assegurar que o deslocamento dos veículos até o local de execução seja realizado de forma segura e sob responsabilidade da Administração ou da contratada, conforme definido no edital e contrato.

## 10. DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

10.1. Todos os produtos, equipamentos e materiais necessários à prestação dos serviços serão fornecidos pela contratada.

10.2. Os produtos deverão ser próprios para utilização automotiva e adequados aos diferentes materiais existentes nos veículos.

10.3. A contratada deverá utilizar equipamentos em boas condições de funcionamento.

10.4. Os produtos empregados não poderão causar danos à pintura, vidros, borrachas, plásticos, bancos, revestimentos ou demais componentes dos veículos.

10.5. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser priorizados produtos que proporcionem menor impacto ambiental e métodos que contribuam para o uso racional da água.

## 11. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Os serviços serão realizados mediante solicitação do setor responsável pela frota.

11.2. A solicitação poderá ocorrer por meio de ordem de serviço, autorização, requisição ou outro documento definido pela Administração.

11.3. A contratada deverá realizar o serviço dentro do prazo estabelecido na solicitação.

11.4. Os serviços deverão ser executados de maneira cuidadosa, evitando danos aos veículos.

11.5. A contratada deverá manter seus equipamentos e instalações em condições adequadas de higiene, segurança e funcionamento.

## 12. DO RECEBIMENTO DOS VEÍCULOS

12.1. A contratada deverá receber os veículos mediante identificação do veículo e registro da entrada para execução do serviço.

12.2. Recomenda-se que seja realizado registro da condição aparente do veículo no momento da entrega, especialmente quando houver danos preexistentes.

12.3. Após a conclusão, o veículo deverá ser entregue em condições adequadas de limpeza e higienização.

## 13. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1. Os serviços serão recebidos após conferência pelo servidor responsável.

13.2. Caso sejam constatadas falhas ou execução inadequada, a contratada deverá realizar a correção ou refazer o serviço sem qualquer custo adicional.

13.3. O recebimento não exime a contratada de responsabilidade por danos causados durante a execução.

## 14. DA RESPONSABILIDADE SOBRE OS VEÍCULOS

14.1. A contratada será responsável pela guarda dos veículos enquanto estes estiverem em suas instalações para execução dos serviços.

14.2. A contratada responderá por danos decorrentes de negligência, imprudência, imperícia, mau uso ou atos praticados por seus empregados ou prepostos.

14.3. Na hipótese de dano comprovadamente causado pela contratada, esta deverá providenciar o reparo ou ressarcimento correspondente, conforme determinação da Administração.

14.4. A contratada também será responsável pela guarda e integridade de eventuais equipamentos ou acessórios existentes no veículo durante o período em que estiver sob sua responsabilidade.

## 15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. São obrigações da contratada:

a) executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência;

b) fornecer todos os materiais e equipamentos;

c) disponibilizar profissionais em quantidade suficiente;

d) cumprir os prazos estabelecidos;

e) reparar ou refazer serviços executados de forma inadequada;

f) responsabilizar-se pelos danos causados aos veículos;

g) manter o local de prestação dos serviços em condições adequadas;

h) observar as normas ambientais aplicáveis;

i) atender às determinações do gestor e fiscal do contrato;

j) manter as condições de habilitação durante a execução contratual;

k) emitir nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente realizados;

l) não transferir a terceiros as obrigações assumidas sem autorização da Administração.

## 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Compete à Prefeitura Municipal de Ceres:

a) solicitar os serviços;

b) disponibilizar os veículos;

c) fornecer as informações necessárias;

d) acompanhar e fiscalizar a execução;

e) conferir os serviços;

f) comunicar eventuais irregularidades;

g) determinar a correção de serviços inadequados;

h) efetuar o pagamento dos serviços efetivamente prestados e atestados;

i) designar gestor e fiscal para acompanhamento da contratação.

## 17. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

17.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelos servidores formalmente designado pela Administração:

| GESTORES DOS CONTRATOS | |
|---|---|
| Secretaria de Governança | **Thaynara Silva de O. Siqueira** |
| Secretaria de Desenvolvimento Social | **Lindalva Fernandes A. Borges** |
| Secretaria de Educação | **Walter Francisco Silva** |
| Secretaria de Meio Ambiente | **Claudio Américo de Melo** |
| Secretaria de Obras e Desenv. Urbano | **Leonardo Rodrigues da Silva** |
| Secretaria de Infraestrutura | **Manoel Pereira Bernardes** |
| Secretaria de Superintendência | **Jovana Araújo Oliveira** |

17.2. O fiscal deverá verificar a quantidade, qualidade e adequação dos serviços prestados.

17.3. Eventuais irregularidades deverão ser registradas e comunicadas ao gestor do contrato.

17.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução dos serviços.

## 18. DA MEDIÇÃO

18.1. A medição será realizada mensalmente, considerando os serviços efetivamente executados.

18.2. O relatório de medição deverá conter, no mínimo:

a) data da prestação;

b) identificação do veículo;

c) placa;

d) categoria do veículo;

e) tipo de serviço;

f) quantidade;

g) valor unitário;

h) valor total;

i) identificação do responsável pela autorização;

j) atesto do servidor responsável.

## 19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado após a efetiva prestação dos serviços e o respectivo atesto pelo fiscal do contrato.

19.2. A contratada deverá apresentar nota fiscal acompanhada do relatório dos serviços realizados no período.

19.3. O pagamento será efetuado de acordo com os serviços efetivamente executados, não sendo devido pagamento por serviços não solicitados ou não realizados.

19.4. O pagamento observará o prazo e as condições estabelecidos no edital e no contrato.

## 20. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

20.1. Considerando que os serviços possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio das especificações constantes deste Termo de Referência, a contratação poderá ser realizada por Pregão Eletrônico, caso assim seja caracterizado pelo setor competente.

20.2. O critério de julgamento recomendado é o MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

20.3. O julgamento por item permitirá que empresas com capacidade para atender determinada categoria de veículo possam participar do certame, ampliando a competitividade.

## 21. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

21.1. A documentação relativa à qualificação técnica deverá ser limitada ao necessário para demonstrar a capacidade da empresa de executar satisfatoriamente o objeto.

21.2. Poderá ser exigida comprovação de aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, mediante atestado(s) de capacidade técnica, observadas as disposições do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

21.3. As exigências de qualificação técnica deverão guardar relação direta com o objeto e ser proporcionais à sua complexidade.

## 22. DO TRATAMENTO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

22.1. Deverá ser observado o tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.

22.2. Serão aplicados, quando cabíveis, os benefícios previstos na legislação para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.

22.3. A aplicação de eventual benefício de exclusividade, reserva de cota ou prioridade local/regional deverá ser analisada pelo setor competente de acordo com o valor estimado de cada item e as condições estabelecidas na legislação.

## 23. DO PARCELAMENTO

23.1. O objeto será dividido em itens correspondentes às diferentes categorias de veículos.

23.2. O parcelamento justifica-se pelas diferenças de porte, estrutura, tempo de execução, consumo de materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços.

23.3. O parcelamento por item também contribui para a ampliação da competitividade, possibilitando a participação de empresas que possuam capacidade operacional para atender apenas determinadas categorias.

## 24. DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1. Não será permitida a subcontratação integral do objeto.

24.2. Eventual subcontratação parcial dependerá de autorização prévia e expressa da Administração, observadas as disposições do edital e do contrato.

## 25. DA VIGÊNCIA

25.1. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente.

25.2. Eventual prorrogação deverá observar os requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

## 26. DO REAJUSTAMENTO

26.1. Os preços contratados poderão ser reajustados na forma estabelecida no edital e no contrato, observado o prazo mínimo previsto na legislação.

26.2. O índice de reajuste deverá ser definido pela Administração no instrumento convocatório e no contrato.

## 27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1. O descumprimento das obrigações assumidas poderá sujeitar a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

27.2. Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da conduta:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

27.3. As condições, percentuais e hipóteses de aplicação das penalidades serão estabelecidos no edital e contrato, em conformidade com a legislação.

## 28. DA SUSTENTABILIDADE

28.1. A contratada deverá adotar medidas destinadas à redução dos impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços.

28.2. Deverá ser realizado uso racional da água e dos produtos empregados na lavagem dos veículos.

28.3. Os resíduos resultantes dos serviços deverão receber destinação adequada, observada a legislação ambiental aplicável.

28.4. A contratada deverá manter suas instalações e atividades em conformidade com as exigências ambientais eventualmente aplicáveis ao ramo de atividade.

## 29. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

29.1. O valor estimado da contratação deverá ser apurado mediante pesquisa de preços realizada pelo setor competente, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação aplicável.

29.2. A pesquisa deverá considerar os preços praticados no mercado para serviços de natureza semelhante.

29.3. Deverão ser consideradas as diferenças existentes entre os tipos e portes de veículos.

29.4. A estimativa deverá resultar em valor unitário para cada item e valor total estimado da contratação.

## 30. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

30.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal.

30.2. A indicação da dotação orçamentária deverá ser providenciada pelo setor competente no momento oportuno, conforme as regras de execução orçamentária e financeira.

| **MANUTEÇÃO DA SECRETARIADE ADMINISTRAÇÃOE MODERNIDADE** | |
|---|---|
| 02.0217.04.122.0022.2.209.3.3.90.39 (100) | Outros Serv. De Terceiros - Pess. Jurídica |
| **MANUT. FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| 07.0701.08.244.0031.2.028.3.3.90.39 (129) | Outros Serv. De Terceiros - Pess. Jurídica |

| | |
|---|---|
| **MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL** | |
| 02.0206.12.361.0048.2.045.3.3.90.39 (101) | Outros Serv. De Terceiros - Pess. Jurídica |
| **MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR** | |
| 02.0206.12.361.0048.2.105.3.3.90.39 (127) | Outros Serv. De Terceiros - Pess. Jurídica |
| **MANUT. DO FUNDO MUN. DE MEIO AMBIENTE** | |
| 10.1001.18.544.0043.2.614.3.3.90.39 (100) | Outros Serv. De Terceiros - Pess. Jurídica |
| **MANUTENÇÃO DA SEC MUNICIPAL DE OBRAS** | |
| 02.0223.26.782.0042.2.281.3.3.90.39 (100) | Outros Serv. De Terceiros - Pess. Jurídica |
| **MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS** | |
| 02.0219.16.482.0042.2.302.3.3.90.39 (100) | Outros Serv. De Terceiros - Pess. Jurídica |
| **SECRETARIA DE SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO** | |
| 02.0222. 26.782.0021.2.426.3.3.90.39 (100) | Outros Serv. De Terceiros - Pess. Jurídica |

## 31. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

31.1. Com a contratação pretende-se:

a) garantir a limpeza periódica da frota municipal;

b) preservar os veículos;

c) melhorar as condições de higiene;

d) proporcionar melhores condições de utilização pelos servidores e usuários;

e) reduzir o desgaste decorrente do acúmulo de sujeira;

f) melhorar a apresentação dos veículos oficiais;

g) racionalizar os recursos públicos;

h) evitar a necessidade de estrutura própria para execução dos serviços;

i) garantir maior disponibilidade da frota municipal.

## 32. DA NECESSIDADE DE ESTABELECIMENTO ADEQUADO

32.1. A empresa contratada deverá possuir local adequado para execução dos serviços.

32.2. O estabelecimento deverá apresentar condições de acesso, manobra e atendimento compatíveis com os veículos objeto da contratação.

32.3. Para os serviços destinados a micro-ônibus e ônibus de grande porte, deverá possuir espaço físico e equipamentos compatíveis com as dimensões desses veículos.

32.4. A comprovação da estrutura necessária à execução do objeto deverá ocorrer na forma estabelecida no edital, evitando-se exigências desnecessárias que possam restringir a competitividade.

## 33. DO MODELO DE CONTROLE DA EXECUÇÃO

33.1. Cada serviço realizado deverá ser registrado para fins de controle e pagamento.

33.2. A Administração poderá utilizar ordem de serviço, requisição, formulário físico ou sistema eletrônico próprio.

33.3. O controle deverá permitir a identificação do veículo, data, serviço realizado, quantidade e valor correspondente.

33.4. Somente serão considerados para pagamento os serviços devidamente comprovados e atestados pelo responsável.

## 34. DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

34.1. A contratada deverá observar a legislação ambiental relacionada à atividade de lavagem de veículos.

34.2. Deverá adotar procedimentos adequados para evitar o lançamento irregular de resíduos, óleos, produtos químicos ou outros materiais no meio ambiente.

34.3. A contratada será responsável por eventuais danos ambientais decorrentes de sua atividade, quando comprovadamente causados por sua ação ou omissão.

## 35. DA DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS

35.1. A contratada deverá possuir capacidade de atendimento durante seu horário regular de funcionamento.

35.2. Os serviços deverão ser prestados conforme demanda da Administração, observando-se os prazos estabelecidos no contrato e nas respectivas solicitações.

35.3. A Administração não estará obrigada a solicitar quantidade mínima mensal de serviços.

## 36. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

36.1. O presente Termo de Referência integra a fase preparatória da contratação e deverá subsidiar a elaboração do edital e do instrumento contratual.

36.2. As situações não previstas neste Termo de Referência serão solucionadas de acordo com a Lei nº 14.133/2021, legislação complementar, regulamentação municipal e demais normas aplicáveis.

36.3. A contratação deverá observar, em todas as suas fases, o interesse público, a economicidade, a eficiência, a isonomia e a competitividade.

Prefeitura Municipal de Ceres/Go, datado e assinado digitalmente.

**RIBAS LOCATELLY BATISTA FERREIRA**
*Secretário Municipal de Governança*

# ANEXO II

# MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

## PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2026
### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026019806
### TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

(Razão Social):_____, CNPJ/MF:_____, Endereço:_____, Tel:_____, CEP:_____, Cidade:_____, UF:____, E-mail:_____, Banco:_____, Agência Bancária:_____, Conta Corrente nº:_____.

A Prefeitura Municipal de Ceres-Go.
Departamento de Licitações.

Em atenção ao Pregão Eletrônico – SRP em epígrafe, apresentamos nossa proposta comercial para o fornecimento do objeto, conforme abaixo:

| ITEM | PRODUTO | UNID | QTDE | MARCA | VALOR MEDIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE ÔNIBUS. | SERVIÇO | 348 | | | |
| 2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE MICRO-ÔNIBUS. | SERVIÇO | 762 | | | |
| 3 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM VEICULAR – CAMINHONETE. | SERVIÇO | 48 | | | |
| 4 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM VEICULAR - PICK-UP. | SERVIÇO | 253 | | | |
| 5 | RETIRADA DE PLOTAGEM/ADESIVO. | SERVIÇO | 130 | | | |
| 6 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM VEICULAR - CARRO DE PASSEIO. | SERVIÇO | 430 | | | |
| **VALOR TOTAL.....R$** | | | | | | |

**(A PROPOSTA IMPRESSA É BASEADA NA PLANILHA ELETRÔNICA, PORTANTO A ORDEM DOS ITENS TANTO PLANILHA ELETRÔNICA COMO IMPRESSA SEGUE A MESMA SEQUÊNCIA).**

**Valor total da proposta:** (Por extenso).

**Condições de Pagamento:** Conforme edital.

**Prazo de Entrega:** Conforme edital.

**Validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias.

**DO PRAZO DE GARANTIA**

- A garantia deverá ser da seguinte forma:

- Para todos os itens de no mínimo **12 (doze) meses**, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

DECLARO que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho vigentes na data de entrega das propostas.

***OBESERVÇÃO:*** No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Ceres, aos _____ dias do mês de _____ de 2026.

_____
Nome e carimbo do representante Legal da empresa

# ANEXO III

# TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BNC

## PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2026
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026019806**
**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

| **Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)** | |
|---|---|
| Nome:(Razão Social) | |
| CNPJ: | ( ) ME/ EPP |
| Endereço: | |
| Complemento: | Bairro: |
| Cidade: | UF: |
| CEP: | Inscrição estadual: |
| Telefone comercial: | |
| Representante legal: | E-mail*: |
| RG: | Emissor: |
| CPF: | |
| Celular: | Data de nasc: |
| Responsável Financeiro: | Telefone: |
| E-mail financeiro: | |
| **e-mail ( ) no qual gostaria de receber informativo de editais. Para tanto será necessário efetuar o cadastro, afim de receber os editais** | |

***O E-mail obrigatoriamente, deverá ser do representante legal da empresa.**

1 - Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa Nacional de Compras "BNC", do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2 - São responsabilidades do Licitante:

2.1 - Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

2.2 - Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

2.3 - Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras "BNC", dos quais declara ter pleno conhecimento;

2.4 - Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema; e

**3 - O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.**

**4 – O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras – BNC, a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do regulamento.**

5 - A presente solicitação de adesão é válida conforme escolha do licitante, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: _____/_____ de _____ 20_____.

**FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA DE ADESÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA PARA FORNECEDORES**

A BNC – Bolsa Nacional de Compras exerce o direito do determinado no Art. 175 da Lei 14.133/2021. que diz "...*as contratações poderão ser realizadas por meio de sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado*..", onde os custos de utilização de recursos da tecnologia da informação cobrem o fornecimento do sistema operacional "robusto", a ferramenta disponibiliza hospedagem de dados e serviços, utilizando-se da mais moderna tecnologia de computação em nuvem, bem como o armazenamento de arquivos e dados. Promovendo atualizações constantes por meio de desenvolvimento de novos recursos. Fornecendo uma ferramenta ágil e completa de pesquisa de editais e dados, suporte web personalizado ao usuário fornecedor, com orientações nas dúvidas sobre o sistema e sobre o edital.

Por estes serviços prestados serão cobradas "taxas" a critério e escolha de cada participante

O treinamento da ferramenta poderá ser solicitado previamente com dia e hora marcada.

Pelos produtos e resumo dos serviços relacionados a BNC apresenta a seguintes planos de pagamento:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **01** | **PLANO DE ADESÃO** | **A:** | **98,10 (única) - participação por edital.** |
| **02** | **PLANO DE ADESÃO** | **B:** | **135,00 (mensal)** |
| **03** | **PLANO DE ADESÃO** | **C:** | **432,00 (trimestral)** |

A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio. Assim como apresentar uma nova tabela de cobrança.

**Plano de Adesão A,** esse plano é exclusivamente para uma única participação.

**Plano de Adesão B**, o respectivo contrato é mensal a contar da data da sua contratação.

**Plano de Adesão C**, o respectivo contrato é trimestral a contar da data da sua contratação.

**O não pagamento estará sujeito a multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa Nacional de compra e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.**

A cobrança do plano de adesão será emitida no momento do cadastro através de "boleto bancário".

A liberação do sistema mediante a transferência bancária se dará através do envio do comprovante para o e-mail financeiro@bnc.org.br. A liberação irá ocorrer em **até 24 (vinte e quatro) horas**.

Para que a liberação ocorra também será necessário a documentação estar anexada ao sistema, com reconhecimento de firma e procurações (se for o caso). E o envio dos originais no prazo de 10 dias a contar da data da assinatura.

Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

Local e data: _____/_____ de _____ 20_____.

_____

Representante Legal:
(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)

# ANEXO IV

# DECLARAÇÃO GERAL CONJUNTA PARA HABILITAÇÃO

## PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2026
### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026019806
### TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

_____(Empresa), estabelecida na _____(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.° _____, neste ato representada pelo seu representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR** sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

**DECLARAR**, sob as penas da Lei e para os devidos fins, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.

**DECLARAR** que, não possuímos em nosso quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância ao inciso I do art. 63 da Lei Federal 14.133/2021.

**DECLARAR** para todos os fins de direito, que está sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006.

**DECLARAR** que, no ano-calendário de realização desta licitação não foi celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**DECLARAR** para fins de atendimento, que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer o objeto de qualidade, sob as penas da Lei.

**DECLARAR** sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional agente público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Ceres-GO, ____ de _____ de 2026.

_____
Razão Social da Empresa
N.° documento de identidade
Nome do responsável/procurador

# ANEXO V

# MODELO DE MINUTA DA ATA DE RESGISTRO DE PREÇO

## PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2026
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026019806**
**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**Ata de registro de preço, para :** (objeto)

**Processo Nº :** (número do processo)

**Validade:** 01(um) ano.

Na data _____, na PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES, sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada no endereço Praça Cívica S/N°, Centro, Ceres-GO, o(a) Pregoeiro(a) nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123/2006, conforme a classificação das propostas apresentadas no Edital de Licitação n:º _____ modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO ( MENOR PRECO POR ITEM ), pelos SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do resultado o julgamento da proposta de preços, publicada no Placar da PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES, Adjudicado e Homologado pelo GESTOR DO EXECUTIVO. Do processo acima referenciado, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de _____, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexos I do edital do Pregão Eletrônico - Registro de Preço nº ____, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES, não se obriga a adquirir os itens relacionados do licitante vencedor, nem nas quantidades descritas no edital, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

### CLÁUSULA SEGUNDA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA:

2.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Site do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1 - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.1.2 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2 - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1 - O instrumento contratual de que trata o item 2.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4 - Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.4.1 - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

2.4.2 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.4.2.1 - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

2.4.2.2 - Mantiverem sua proposta original.

2.4.3 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.5 - O registro a que se refere o item 2.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.6 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.7 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.7.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

2.7.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula Nove.

2.8 - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Site do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.9 - Após a homologação da licitação o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.9.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.10 - A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

2.11 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 2.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.12 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

2.12.1 - Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.12.2 - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.13 -A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS:

3.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS abaixo descritos:

Fornecedor Registrado:

3.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**CLÁUSULA QUARTA –ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

4.1. - O órgão gerenciador será a PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES.

4.2. - Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

**CLÁUSULA QUINTA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. - A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento, desde que cumpridos os requisitos descritos no §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA SEXTA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## CLÁUSULA SÉTIMA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 - Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as

obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 2.7.

7.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA OITÁVA - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 - O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 - De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 - De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 - Caso o remanejamento seja feito entre Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 - Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## CLÁUSULA NONA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 - Por razão de interesse público;

9.4.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 -A CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.2 - Caso à contratada se recuse a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho ou não assinar o contrato no prazo indicado, após devidamente notificada sem motivo justificado, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida;

10.3 - Ocorrendo a hipótese referida no subitem 10.2, PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES determinará a anulação da Nota de Empenho, ficando ainda a contratada assegurados o contraditório e ampla defesa, sujeita às seguintes sanções:

a) Aplicação de multa compensatória correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total da proposta; e···.

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES, no prazo de até 5 (cinco) anos;

10.4 – O valor da multa de que trata a alínea "a" do subitem anterior deverá ser recolhido pela contratada inadimplente dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir de sua intimação.

10.5 – Decorrido o prazo sem que haja recurso ou manifestação da adjudicatária, o CONTRATANTE, por intermédio da Autoridade Contratante, adotará as medidas cabíveis visando à cobrança por via judicial.

10.6 – A multa compensatória, subitem 10.3, alínea "a", será aplicada a adjudicatária que após devidamente notificada, não comparecer para proceder à assinatura do contrato no prazo indicado configurando o descumprimento total da obrigação assumida, independente das demais cominações legais cumulativas.

10.7 - A contratada não incorrerá em multa compensatória quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pelo órgão licitador em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável à culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado respeitado o limite legal.

10.8 – A advertência será efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa moratória;

b) Execução insatisfatória ou inexecução da aquisição/serviço, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da ou para a CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

10.9 - A multa moratória e multa por inexecução contratual, na forma e nos percentuais abaixo estabelecidos serão aplicadas quando a contratada deixar de cumprir ou descumprir de forma parcial ou total as obrigações inerentes ao objeto do contrato, como também as obrigações acessórias legais ou extralegais relacionadas no instrumento contratual, independente das demais cominações legais cumulativas.

10.9.1 - A multa moratória será cobrada pelo atraso injustificado na entrega do bem ou de quaisquer relatórios ou documentos a ele relacionados, solicitado pelo responsável pelo acompanhamento do contrato com prazo determinado para entrega, sem justificativa por escrito e aceito pelo preposto do órgão licitador, sujeitará a adjudicatária ou a contratada, conforme o caso, à multa de mora de 0,5% (meio por cento por dia de atraso) do valor da proposta ou da etapa a ser adimplida, até a data do efetivo cumprimento, observado o limite de 20% (vinte por cento) do valor da proposta ou do contrato conforme o caso. Atingido tal limite, será considerada a inexecução total da obrigação assumida e/ou será rescindido unilateralmente o contrato/carta-contrato, conforme o caso.⋯.

10.9.2 - A multa moratória será aplicada a partir do 2º (segundo) dia útil da inadimplência, contados da data definida para o regular cumprimento da obrigação.

10.9.3 - A multa por inexecução parcial ou total do contrato será aplicada quando a contratada incorrer nas hipóteses previstas no instrumento convocatório em uma das situações a seguir indicadas, no percentual de até 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da obrigação não cumprida:

10.9.3.1 - Deixar de cumprir integralmente a etapa de fornecimento no prazo avençado inclusive seus acessórios caracterizando o inadimplemento total da obrigação, com lesão ao interesse público, que enseje rescisão unilateral do contrato Multa: 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

10.9.3.2 - Cumprir parcialmente o objeto do fornecimento, caracterizando como fornecimento do bem de forma parcelada, que não esteja devidamente autorizado a fazê-la, ou seja, de sucessivas vezes para completar o contratado ou obrigação, de forma incompleta, isto é, não entregar o objeto contratado dentro do limite de quantidade estipulado; Multa: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

10.9.3.3. - Fornecer o bem ou serviço em desacordo com os padrões exigidos pela Prefeitura; Multa: 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

10.9.3.4 - Se, a partir do 2º (segundo) dia útil, após devidamente notificada, não corrigir ou sanar, os defeitos ou incorreções constatadas em qualquer fase de execução do contrato relativo ao bem fornecido, bem como não realizar a substituição dos equipamentos fornecidos em desacordo com o contratado. Multa: 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/carta-contrato.

10.9.4. - A aplicação da multa por inexecução contratual independe da multa moratória eventualmente já aplicada ou em fase de aplicação, podendo ser aplicada cumulativamente.

10.10 - A suspensão do direito de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES pelo prazo de até 05 (cinco) anos, independente das demais cominações legais cumulativas pode ser aplicada ao licitante ou ao contratado que, de forma dolosa ou culposa prejudicar o andamento ou execução do certame licitatório, e especialmente:

10.10.1 - Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;

10.10.2 - Cometer quaisquer irregularidades que acarretem ou possam acarretar prejuízos ao órgão licitador;

10.10.3 - Tiver sofrido, até a data da licitação, condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal ou trabalhista ou previdenciária no recolhimento de quaisquer tributos incluindo-se as contribuições sociais;

10.10.4 - Praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.10.5 - Demonstrar, na época da licitação, não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão licitador em virtude de atos ilícitos praticados;

10.10.6 - Praticar ação com improbidade e premeditada em prejuízo do órgão licitador ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;

10.10.7 - Apresentar ao órgão licitador, quando da licitação, documento falso ou falsificado, no todo ou em parte:

10.11 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos,, será proposta pelo(a) Pregoeiro(a), pela Divisão de Licitações, Contratos e Convênios ou por servidor ou fiscal devidamente designado para fiscalizar o contrato, conforme a situação, a Autoridade competente da CONTRATANTE, visando à aplicação da sanção à licitante ou a contratada, pelas seguintes situações e prazo:

10.11.1 - Condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.11.2 - Prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

10.11.3 - Demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão licitador, em virtude de atos ilícitos praticados;

10.11.4 - Praticar ação com improbidade ou ações premeditadas que evidenciem interesses escusos ou má fé em prejuízo do órgão licitador;

10.11.5 - Apresentar na licitação qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, na licitação ou durante a execução do contrato;

10.11.6 - Se recusar a assinar o contrato quando devidamente convocado caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida.

10.12 - As sanções serão aplicadas pela Autoridade Contratante com exceção da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública.

10.13 - Dos atos praticados pela Autoridade Contratante, caberá recurso à Autoridade Superior o prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação do ato o qual deverá ser interposto perante a autoridade recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 20 (vinte) dias úteis ou nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informando, para apreciação e decisão da autoridade superior.

10.14 - A declaração de inidoneidade será proposta ao Prefeito mediante parecer fundamentado, a quem caberá decidir e aplicar a sanção.

10.15 - A aplicação das sanções será efetuada mediante autuação em processo administrativo instaurado para esta finalidade, aberto mediante requerimento devidamente fundamentado apresentado pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela Divisão de Licitações Contratos e Convênios ou por servidor ou fiscal devidamente designado para fiscalizar o contrato, conforme a situação, observado o contraditório e a ampla defesa no âmbito administrativo observando-se as disposições da Lei nº 14.133/21, no que couber;

10.16 - Após instauração do processo administrativo, será comunicado ao preposto da empresa contratada a situação que gerou a ocorrência e a intenção de aplicação da penalidade abrindo-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para oferecimento de defesa prévia.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2 - Integram esta Ata, o Edital de Licitação n._____, modalidade REGISTRO DE PREÇO - MENOR PRECO, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS e seus Anexos, a Proposta da (s) Empresa (s), FORNECEDORES classificada (s) no certame supranumerado.

11.2. Fica eleito o Foro de CERES - GO para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

Ceres-GO, ____ de _____ de 2026.

_____
Murilo Silva Mendes
Pregoeiro

_____

Grace Aparecida Rodrigues
Membro

_____

Adda Caetana
Membro

_____

Carlos Castanheira Figueredo
Membro

_____

Lahis Rainny Costa Santos Bastos
Membro

LICITANTES:

# ANEXO VI

# CADASTRO RESERVA

## PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2026
### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026019806
### TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 - Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| **Item do TR** | **Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante).*** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| X | Especificação | *Marca (se exigida no edital)* | *Modelo (se exigido no edital)* | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unt | *Prazo garantia ou validade* |
| | | | | | | | | |

2 - Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| **Item do TR** | **Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante).*** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| X | Especificação | *Marca (se exigida no edital)* | *Modelo (se exigido no edital)* | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unt. | *Prazo garantia ou validade* |
| | | | | | | | | |